

# difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • outubro/2008 • página 1

## APÓS A EXPANSÃO, A QUALIFICAÇÃO



Nelson Antonio S. Gimenes:  
Considero que não haja fórmulas milagrosas e imediatas para a melhoria da qualidade da educação superior no Brasil. Nosso sistema é complexo e exige uma compreensão cuidadosa do contexto em que se dá a educação superior.

# difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • outubro/2008 • página 2

*Nelson Antonio Simão Gimeses é assistente de pesquisa da Fundação Carlos Chagas. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Planejamento e Avaliação Educacional, atuando principalmente em educação superior, avaliação de cursos e avaliação institucional. Nesta entrevista, Gimenes faz uma avaliação da atual situação do ensino superior do país, fala da expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) e também do ritmo das matrículas, que não acompanharam a oferta das vagas. O pesquisador ainda fala sobre avaliação dos cursos e resultados obtidos até o momento com o Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior). Para concluir, Gimenes fala da auto-avaliação das IES. “Considero que os processos de auto-avaliação são fundamentais para a reflexão a respeito da identidade e da qualidade das atividades realizadas pelas instituições, embora saiba que ainda há um longo caminho a ser percorrido para a sua efetivação, pois tais processos, para que sejam realizados de maneira adequada, demandam uma cultura avaliativa consolidada”. Veja a entrevista:*

**FOLHA DIRIGIDA** – Que avaliação o senhor faz do atual sistema de ensino superior no país?

**Nelson Gimenes** – Considero que não haja fórmulas milagrosas e imediatas para a melhoria da qualidade da educação superior no Brasil. Nosso sistema é complexo e exige uma compreensão cuidadosa do contexto em que se dá educação superior. Desde a década de 1970 a educação superior no Brasil passou por períodos de franca expansão. Para discutirmos apenas dados mais recentes desse crescimento, vale levar em conta as informações disponibilizadas no site do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que mostra que entre os anos de 2001 a 2006 houve um aumento de 82% no número de cursos de graduação presenciais oferecidos pelas instituições de educação superior, sobretudo dentre aquelas vinculadas ao setor privado, este registrando um aumento de 100% no mesmo período. Além disso, não podemos esquecer que, apesar das universidades, sejam elas públicas ou privadas, contemplem um pouco mais da



# difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • outubro/2008 • página 3

metade dos cursos de graduação presencial e dos alunos matriculados nos cursos de graduação, o modelo de educação superior no Brasil é composto também por outros tipos de organizações acadêmicas, que se diferenciam dentro do sistema.

**FOLHA DIRIGIDA** – O número de alunos matriculados cresceu na mesma proporção que cresceram as vagas no ensino superior?

**Nelson Gimenes** – O número de alunos não cresceu na mesma proporção, embora o aumento de 54% no número de matrículas em um intervalo de cinco anos seja muito expressivo. Tínhamos em 2006, mais de 12 mil cursos de graduação presencial e mais de 4,6 milhões de matrículas. Vale lembrar ainda que, não incluímos as informações referentes aos cursos de graduação à distância, nem os cursos de pós-graduação strictu sensu e latu sensu.

**FOLHA DIRIGIDA** – O que precisa ser alterado para a melhoria da qualidade do ensino oferecido?

**Nelson Gimenes** – O sistema está muito fragmentado. Nesse sentido, considero que o debate ampliado e a posterior definição de qual modelo de educação superior queremos, é fundamental para o aperfeiçoamento do sistema, pois isso possibilitaria uma maior clareza dos seus objetivos e, portanto, o desenvolvimento de políticas públicas mais adequadas e que atendam a totalidade do sistema, assumindo-se assim as suas possibilidades e limites. Outro ponto fundamental a se considerar e que está intimamente associado ao dito anteriormente, é a necessidade do estabelecimento de políticas de Estado e não apenas de políticas de governo. Quero dizer com isso que, está mais do que na hora da realização de um pacto político e social das diferentes correntes partidárias do nosso país, no sentido da construção de orientações gerais mais duradouras, que estejam articuladas com as reais demandas da sociedade e não apenas setores específicos.

**FOLHA DIRIGIDA** – O senhor acredita que o controle estabelecido pelo MEC sobre a autorização e credenciamento de novos cursos e instituições é ideal?

**Nelson Gimenes** – Penso que a autorização, o credenciamento e o recredenciamento tanto de cursos como de instituições são mecanismos necessários. Tenho dúvidas se eles são eficazes. Quero dizer que considero legítima a regulação desse sistema, embora esteja convencido de que os processos de avaliação estabelecidos pelo MEC tenham funções mais amplas do que apenas o



# difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • outubro/2008 • página 4

da regulação. No entanto, julgo que tais processos ainda são muito burocráticos e as instituições de educação superior, ao invés de utilizá-los para o aperfeiçoamento e melhoria de suas atividades, elas o fazem, na maioria das vezes, para o atendimento do que é solicitado pelos órgãos responsáveis de regulação, perdendo a oportunidade de refletir de forma mais aprofundada sobre aquilo que faz ou pretende fazer.

**FOLHA DIRIGIDA** – Muitos defendem a tese de que as instituições de educação superior passem a adotar a auto-avaliação, como já é feito em outros países. Na sua opinião, as instituições brasileiras já têm maturidade suficiente para essa iniciativa?

**Nelson Gimenes** – Esta não é uma prática formalmente generalizada em outros países. Mas considero que os processos de auto-avaliação são fundamentais para a reflexão a respeito da identidade e da qualidade das atividades realizadas pelas instituições, embora saiba que ainda há um longo caminho a ser percorrido para a sua efetivação, pois tais processos, para que sejam realizados de maneira adequada, demandam uma cultura avaliativa consolidada. No entanto, para chegar pelo menos perto disso, é necessário iniciá-los. É isso que se tentou como o PAIUB (Programa de Avaliação Institucional) e agora com o Sinaes. A partir da lei 10.861 de 2004, as Instituições foram obrigadas a constituírem internamente suas Comissões Próprias de Avaliação, sendo elas responsáveis pela auto-avaliação. Ao olharmos mais de perto para a auto-avaliação realizada pelas IES, podemos perceber que há níveis diferentes de comprometimento institucional. Não só temos exemplos de IES que realizaram tal processo de modo burocrático e ocorrido exclusivamente devido às exigências legais, como também bons exemplos daquelas que desenvolveram processos altamente comprometidos e focados na melhoria e aperfeiçoamento de suas atividades. Nem sempre nesses processos a comunidade acadêmica em seus diferentes setores e níveis tem sido envolvida. Muitos docentes, por exemplo, desconhecem a “auto-avaliação” de sua instituição. Considero que a auto-avaliação, assim como foi concebida no Sinaes, é um importante mecanismo de avaliação e deve, articulada com outras modalidades avaliativas ser um referencial fundamental de análise da qualidade da educação superior. No entanto, com a implantação pelo Inep do índice Geral dos Cursos (IGC), composto pela média ponderada dos conceitos dos cursos de graduação e de pós-graduação das IES, corre-se o risco do enfraquecimento das atividades de auto-avaliação, uma vez que a composição do conceito IGC a desconsidera. Com isso, a auto-avaliação deixou de se apresentar como um dos eixos centrais do Sinaes para ser apenas um mecanismo necessá-



# difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • outubro/2008 • página 5

rio, caso a IES tenha obtido conceito inferior a três no IGC. Ainda não sabemos, quais serão os reais impactos da divulgação e da consolidação desse índice na rotina das instituições de educação superior, porém, em minha opinião, a forma como ele foi constituído está em desacordo com a concepção inicialmente apresentada no Sinaes em 2004, que previa uma maior articulação entre os diferentes processos avaliativos como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, a avaliação externa e a auto-avaliação. ✕

Entrevista publicada na FOLHA DIRIGIDA, em outubro de 2008.

*Assinada por Jussara Santos.*